

As manifestações públicas articuladas por grupos pró e contra o *impeachment* de Dilma Rousseff nas mídias sociais digitais¹

The public manifestations articulated by groups for and against Dilma Rousseff's impeachment in digital social media

Cleide Rodrigues Picolo
cleidepicolo@gmail.com

Cleide Rodrigues Picolo é jornalista e especialista em Jornalismo Institucional pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Mestre em Comunicação Social pela Universidade Metodista de São Paulo (Umesp).

Camila Escudero
camilaescudero@uol.com.br

Camila Escudero é doutora em Comunicação e Cultura pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Docente pesquisadora do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Metodista de São Paulo. Assistente de pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – Ipea, no projeto Mapa das Organizações da Sociedade Civil. Líder do Grupo de Pesquisa Mob-Com.

Resumo

O texto é uma reflexão sobre as manifestações públicas articuladas por grupos pró e contra o *impeachment* de Dilma Rousseff nas redes sociais digitais. O objetivo é observar o uso das novas tecnologias para promover o debate, a articulação e a mobilização social como elemento de transformação do contexto histórico-social do país. Trata-se de pesquisa bibliográfica que envolve temas como cibercultura, redes sociais digitais e movimentos sociais a fim de analisar espaços on-line como canal facilitador de empoderamento e engajamento social, e estudo empírico das *fanpages* dos grupos na efervescência do processo. Conclui-se que as novas mídias deram agilidade à propagação da informação e visibilidade aos eventos articulados nos ambientes digitais. Porém, o *impeachment* fez parte de um contexto social e institucional mais amplo que sofreu influência de diversos outros fatores e interesses.

Palavras-chave: redes sociais, mobilização social, *impeachment* de Dilma Rousseff.

Abstract

The text is a reflection on the public manifestations articulated by groups pro and against Dilma Rousseff's impeachment in digital social networks. The objective is to observe the use of new technologies to promote debate, articulation and social mobilization as an element of transformation of the country's social-historical context. It is a survey of literature about cyberculture, social digital networks and social movements in order to analyze online spaces as a facilitating channel of empowerment and social engagement, and an empirical study of group fanpages in the effervescence of the process. The article concludes that the new media gave agility to the propagation of information and visibility to events articulated in digital environments. However, the impeachment was part of a wider social and institutional context that was influenced by several other factors and interests.

Keywords: social networks, social mobilization, impeachment of Dilma Rousseff.

1. Introdução

O avanço das tecnologias de informação associado à democratização da internet permitiu a ampliação e a

difusão vertiginosa da conexão entre indivíduos em todo o planeta quase que instantaneamente. Com o passar do tempo, as transformações no âmbito da esfera pública configuradas a partir da interação de indivíduos e coletivos com ambientes digitais – característica-base da constituição das chamadas redes sociais digitais – foram significativas a ponto de surtir reflexos em várias áreas: econômica, cultural, política, etc. “Antes que as plataformas de redes sociais tivessem sido desenvolvidas, já estava no genoma da internet a tendência para as redes de agrupamentos humanos” (Santaella, 2013, p. 25).

¹ A primeira versão deste artigo foi apresentada no XI Encontro Nacional de História da Mídia/Alcar 2017 e contribuiu para a dissertação de Mestrado em Comunicação Social “As manifestações públicas pelos grupos pró e contra o impeachment de Dilma Rousseff nas redes sociais on-line”. Escola de Comunicação, Educação e Humanidades da Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, 2018.

Assim, a proposta deste texto é refletir sobre o aspecto político dessa realidade, com o recorte para as manifestações públicas polarizadas, articuladas por grupos pró e contra o *impeachment* de Dilma Rousseff nas redes sociais digitais. O objetivo é observar a apropriação das ferramentas tecnológicas por esses grupos opostos para promover o debate, o empoderamento e o engajamento social e transformar o contexto político e histórico-social do país. Trata-se de tema relevante, uma vez que processos de mobilização social visualizados em determinados contextos sócio-históricos se mostram matéria de interesse para a compreensão da comunicação na atualidade, sobretudo em situações em que a interface com aspectos midiáticos se faz evidente.

Nosso ponto de partida é a seguinte questão: quais os vestígios das estratégias de comunicação e a influência da articulação dos grupos opostos Movimento Brasil Livre e Vem pra Rua (a favor do *impeachment*), e Frente Brasil Popular e Povo Sem Medo (contra o movimento) nas redes sociais digitais para engajar e instigar a participação social nos ambientes off-line no processo de *impeachment* de Dilma Rousseff?

A hipótese é que as atividades nos ambientes virtuais têm papel relevante no processo de transformação social dessa sociedade que se conecta e se relaciona pela internet. As redes sociais digitais contribuem para fazer aflorar e polarizar o debate e dar apoio aos seus usuários e seguidores na organização e mobilização social, mas não excluem ações no espaço off-line. Há de se considerar ainda a influência do contexto histórico, político e econômico de cada sociedade.

Adotamos a análise de conteúdo como técnica de pesquisa, segundo as orientações de Bardin (2011), para observar 89 convites virtuais relacionados a eventos e atos públicos divulgados no Facebook e a interação dos seguidores nas *fanpages* de quatro grupos com forte representatividade no processo de *impeachment* de Dilma Rousseff: Movimento Brasil Livre (MBL) e Vem pra Rua (a favor do *impeachment*), e Frente Brasil Popular e Povo Sem Medo (contra o *impeachment*). Através dos dados encontrados e tratados, buscamos identificar as estratégias de comunicação adotadas com foco no engajamento e na participação popular dos grupos mencionados.

A pesquisa consistiu em análise quantitativa e qualitativa do material coletado, de 1º de março a 31 de agosto de 2016, ou seja, do mês do principal ato público contra o governo – em 13 de março – até a votação do *impeachment* no Senado, com a decisão do Parlamento pelo afastamento definitivo da presidente da República. A pesquisa se valeu também de referenciais teóricos em cibercultura, redes sociais digitais e movimentos sociais.

2. A internet e as redes sociais digitais na sociedade contemporânea

As tecnologias de informação e comunicação (TICs) estão no cotidiano de uma parcela significativa da sociedade mundial. As pessoas não apenas estão conectadas por equipamentos móveis para fins práticos de comunicação, comércio, etc., como também fazem uso deles para externar aquilo que pensam. O uso das mídias sociais digitais tem dispensado a mediação de canais tradicionais de comunicação, e elas estão disponibilizando ferramentas que facilitam o engajamento dos usuários, especialmente por possuírem custos reduzidos para a participação, compartilhamento e circulação de conteúdos.

Sabemos que a rede social Facebook, objeto deste estudo por meio do formato *fanpage*, é um instrumento que converge para a linha da mobilização social por sua arquitetura discursiva favorável às trocas on-line e à configuração de esferas públicas (conectadas ou não), ainda que não garanta liberdade de participação, mobilização para o debate e acesso a informações úteis – esse último quesito relacionado, atualmente, com as *fake news*. Sua operação e prática estão menos relacionadas à instrumentalização, e mais a uma questão da dinâmica dos espaços virtuais de interlocução e de ferramentas disponíveis para essa interlocução/interação.

Notamos o quanto foram utilizados os recursos tecnológicos e as redes sociais digitais por grupos que atuaram pró e contra o processo de *impeachment* de Dilma Rousseff. Daí o interesse em compreender a participação dos brasileiros nas grandes manifestações públicas em tempos de redes sociais digitais, considerando que “o espaço público virtual funciona efetivamente mais como foro catártico do que como espaço deliberativo. [...] A ação política, aquela com consequências decisivas sobre os rumos da história, continua sendo presencial e não virtual” (Sorj, 2014, p. 90).

Assim, julgamos necessária uma breve contextualização acerca de cibercultura e inserção da internet e das redes sociais digitais no cotidiano da sociedade. Daremos início à definição de ciberespaço como “o espaço de comunicação aberto pela interconexão dos computadores e das memórias dos computadores” (Lévy, 1999, p. 31). Vale abordarmos ainda a representatividade da web na sociedade, com base na análise de Primo:

A Web 2.0 tem repercussões sociais importantes, que potencializam os processos de trabalho coletivo, de troca afetiva, de produção e circulação de informações, de construção social de conhecimento apoiada pela informática. [...] uma rede social não se forma pela simples conexão de terminais. Trata-se de um processo emergente que mantém sua existência através das interações

entre os envolvidos. Esta proposta, porém, focar-se-á não nos participantes individuais, e sim no 'entre' (interação = ação entre) (Primo, 2007, p. 2-7).

Recuero (2009, p. 16-17) observa uma profunda mudança quanto a formas de organização, identidade, conversação e mobilização social a partir do advento da comunicação mediada pelo computador. Para a autora, essa comunicação permitiu aos indivíduos mais do que comunicar-se; assim, as redes sociais “conectam não apenas computadores, mas pessoas”.

Ainda de acordo com Recuero (2009), no caso específico das redes sociais, há potencialidades discursivas e interativas que incentivam dinâmicas de interação que promovem as condições de criação de públicos, de entendimento de questões coletivas e exercício da reflexividade e identificação das relações de poder que atuam sobre os sujeitos e suas redes.

As redes sociais hoje aproximam aqueles que têm afinidade por assuntos comuns, e uma só pessoa pode estar conectada a diversos grupos ou comunidades virtuais. As possibilidades foram ampliadas, e a conexão entre as pessoas tem-se expandido cada vez mais por conta do avanço das novas tecnologias. Conhecidas por redes de relacionamento, seu surgimento se dá a partir de 2003, e elas funcionam como plataformas sociais por conta da facilidade de intercomunicação dos usuários por meio dos recursos proporcionados por serviços on-line de acesso gratuito (Santaella, 2013, p. 28). Essa conexão mediada por computador é composta da interação, das relações e dos laços sociais.

[...] as conexões em uma rede social são constituídas dos laços sociais que, por sua vez, são formados através da interação social entre os atores. [...] Essas interações são percebidas graças à possibilidade de manter os rastros sociais dos indivíduos os quais continuam ali. [...] Estudar a interação social compreende, deste modo, estudar a comunicação entre os atores. Estudar as relações entre suas trocas de mensagens e o sentido das mesmas, estudar como as trocas sociais dependem, essencialmente, das trocas comunicativas (Recuero, 2009, p. 30-31).

Para Santaella (2013, p. 37), as redes sociais facilitam e expõem as relações entre os usuários, criando novas formas de sociabilidade. A autora se utiliza dos estudos de Viana para dizer que os grupos das redes sociais “se formam e se mantêm coesos ou não, uma vez que o tempo e o espaço são dinâmicos, efêmeros e fragmentados entre as perspectivas que cada um pode gerar ou absorver nesses âmbitos de convivência”. E conclui: “criam-se assim, laços fracos e, com muito menos frequência, laços fortes”.

Talvez a questão da interação e dos laços seja um argumento central na discussão, muitas vezes equivocada, de que os dispositivos das novas tecnologias de comunicação e informação, interativos e multifuncionais, têm sido frequentemente vistos como recursos para fortalecer processos democráticos. Equivocada, porque, conforme aponta Maia (2001), é preciso levar em consideração que, para fortalecer a democracia, são necessárias não apenas estruturas comunicacionais eficientes, ou instituições propícias à participação, mas também devem estar presentes a motivação correta, o interesse e a disponibilidade dos próprios cidadãos para se engajar em debates.

As novas aplicações tecnológicas, independentemente de favorecer ou dificultar a democracia, devem ser pensadas de maneira associada com os elementos sócio-históricos próprios dos atores sociais e com os procedimentos da comunicação estabelecida entre os sujeitos comunicantes concretos (Maia, 2001, p. 2).

Assim, refletir acerca de como as mobilizações on-line podem influenciar transformações democráticas por meio da politização de conversas e interações requer cautela. Não se trata de classificar os espaços virtuais e as redes sociais digitais (ou ainda, no caso deste estudo, as *fanpages* analisadas) como esfera públicas, mas como espaços de conversação que podem ou não contribuir para um sistema ampliado de debate e que abrange problemas coletivos.

3. Incursões sobre o uso das ferramentas digitais na promoção do debate público

No contexto do *impeachment*, nossa proposta é ir além dos motivos de conhecimento público que levaram ao afastamento de Dilma. Entre as razões já difundidas figuraram o avanço das investigações da Operação Lava-Jato da Polícia Federal, que apurava esquema de corrupção na Petrobras, envolvendo políticos de vários partidos, inclusive de sua base aliada, e as maiores empreiteiras do país; críticas ao seu segundo governo por conta do baixo crescimento econômico, medidas de ajuste fiscal, descaso com o dinheiro público, entre outras questões que impactavam o dia a dia da população; além da pressão da grande mídia.

O *impeachment* foi uma consequência de fatores para além do plano imediato: as ações da presidente desde o seu primeiro governo, sobretudo a partir da implementação da nova matriz econômica, que tinha como marca forte o “ativismo estatal” na busca da reindustrialização (Singer, 2015); a falta de percepção do governo com relação às demandas da sociedade que eclodiram nas ruas a

partir de 2013 (Bucci, 2016); a perda de apoio em diversos segmentos da sociedade, especialmente depois de uma reeleição apertada, com promessas de campanha não cumpridas (Singer, 2015; Bucci, 2016; Villaverde, 2016), entre outros motivos. Dessa forma, o processo de *impeachment*, conduzido a partir das “pedaladas fiscais” e dos decretos orçamentários, foi apenas a base formal para afastar Dilma Rousseff do poder. Aos poucos as principais motivações político-partidárias não progressistas e as articulações políticas conservadoras foram se tornando evidentes.

Nas ruas do país, o movimento do *impeachment* ganhou força por meio de manifestações públicas antes mesmo da abertura oficial do processo, que foi autorizado no dia 12 de maio de 2016 por meio de votação no Senado e concluído em 31 de agosto do mesmo ano com a saída da presidente do cargo. De março a dezembro de 2015, foram registrados ao menos nove atos e manifestações públicas a favor e contra o governo, com presença significativa de pessoas nas ruas (G1, 2016). Novos protestos ocorreram em 2016, tendo seu ápice em 13 de março de 2016, quando o pedido de *impeachment* ganhou força. A partir de então, diversos manifestos foram articulados nas redes sociais digitais por grupos contra e favor da presidente, apontando para uma polarização política na sociedade brasileira.

Os fenômenos ocorridos no Brasil não são particulares se comparados ao contexto mundial. Castells (2013) analisa acontecimentos históricos recentes que evidenciam transformações sociais a partir da utilização das ferramentas tecnológicas e da conexão entre as pessoas por meio das redes sociais da internet, vistas pelo autor como “espaços de autonomia”. Para ele, os movimentos analisados e outros similares ocorridos no mundo nasceram de uma “crise econômica estrutural e de uma crise de legitimidade cada vez mais profunda”.

Ao longo da história, os movimentos sociais foram e continuam a ser as alavancas da mudança social. Geralmente se originam de uma crise nas condições de vida que torna insustentável a existência cotidiana para a maioria das pessoas. [...] Assim, na experiência histórica e na observação dos movimentos analisados [...], os movimentos sociais muitas vezes são desencadeados por emoções derivadas de algum evento significativo que ajuda os manifestantes a superar o medo e desafiar os poderes constituídos apesar do perigo inerente a suas ações (Castells, 2013, p. 161-162).

Há autores que veem as ferramentas sociais da internet como forma de empoderamento. “As redes sociais e mídias apresentam oportunidades para ação, mobilização e comunicação, podendo desempenhar diferentes papéis

nas lutas por reconhecimento” (Rossini, 2014, p. 312). A autora observa que assistimos, então, ao ativismo nas redes ou ciberativismo dos movimentos políticos, que surgiu como uma consequência do uso frequente dos dispositivos móveis conectados à internet. Para ela, “os grupos do Facebook são estruturas sociais organizadas por interesses ou causas em comum [...], os eventos [na rede] facilitam a mobilização e articulação de ações práticas, e os grupos permitem [ainda] a manutenção de ambientes permanentes de engajamento e interação” (Rossini, 2014, p. 314).

Com relação a protestos e manifestações apoiadas na internet ocorridas no mundo, inclusive no Brasil, Sorj (2014) faz uma reflexão pertinente sobre aquilo que ele denomina de fenômenos sociais “glocais” – fusão de realidades locais e globais. O autor diz que “no mundo atual, de comunicação instantânea, é de esperar que os fenômenos locais tenham influência quase imediata em outras latitudes” (Sorj, 2014, p. 87). Ao analisar tais contextos, ele observa que é fundamental considerar questões sociais e institucionais:

Sem dúvida, as características específicas de cada tecnologia de comunicação influenciam os processos sociais, e os novos meios de comunicação disseminam a informação em tempo real e de forma viral. Porém, os motivos que levam as pessoas às ruas para exprimir insatisfação e anseios de mudança devem ser procurados nos contextos sociais e institucionais, não nas tecnologias. [...] os novos meios de comunicação têm sua importância potencializada pelo declínio das instituições que, anteriormente, sem necessidade de telefone celular ou da internet, eram capazes de levar milhares às ruas (Sorj, 2014, p. 88-89).

Tratamos, aqui, de que a internet e as mídias sociais digitais são ferramentas que permitem à sociedade amplificar de forma significativa informações e conteúdos, que se propagaram em tempo real e de forma viral na rede. “O novo espaço público virtual funciona de forma viral através de mensagens curtas, aglutinando indivíduos em torno de um denominador comum, em geral algo a que se é contra” (Sorj, 2014, p. 90).

No fenômeno do *impeachment* de Dilma, diversos grupos publicizaram suas causas e ideologias por redes sociais que funcionaram como ferramenta para a disseminação e o agendamento de suas ações. Por meio delas, ampliaram-se as possibilidades de produção colaborativa e da participação do público nos debates e na ação política em torno do *impeachment*, se considerada a ação política no sentido amplo de engajamento e busca de visibilidade para causas comuns, muito relacionados aos movimentos populares e sociais, como veremos na sequência.

4. Movimentos populares e sociais: abordagens do clássico ao contemporâneo

Não é de hoje que as temáticas “movimentos sociais” e “movimentos populares” fomentam discussões na sociedade. Esses são debates que não se esgotam em virtude do dinamismo e de situações de diversidade presentes num mundo globalizado e suscetível a transformações. Consideramos pertinente compreendermos conceitos e diferenças entre tais movimentos – sociais e populares – e outras manifestações e ações sociais coletivas.

Peruzzo (2013, p. 75) diz que “não convém confundir coletivos, organizações não governamentais, grupos, associações etc., ou mesmo qualquer forma de manifestação coletiva, com movimento social ou movimento popular”. Segundo a autora, “há diferenciações entre movimento social – mais amplo – e movimento popular, aquele orgânico às classes populares, e que portam conteúdos emancipadores”. Daí a proposta de que protestos e outras formas de manifestações públicas não se constituem necessariamente como movimento social ou popular.

Apesar de haver formas particulares para definir “movimentos sociais”, de modo geral, entendemos esse fenômeno como ações sociais coletivas organizadas por parcela representativa da população em prol de suas demandas, anseios e necessidades a fim de obter mudanças sociais. A primeira menção sobre o assunto surgiu nos anos de 1840, com o nascimento da sociologia. Na ocasião, Stein utilizou o termo “movimento social” para defender a necessidade de uma ciência que se dedicasse aos estudos sobre o assunto. No século 20, a temática é abordada a partir do universo dos processos de interação social dentro da “teoria do conflito e mudança social” (Gohn, 2006, p. 328-329).

Na perspectiva de melhor compreender o papel dos grupos das redes sociais on-line que ganharam visibilidade no processo de *impeachment* de Dilma nos ambientes virtuais, e depois no mundo off-line, há de se considerar as transformações ocorridas na sociedade civil, na atualidade, e, conseqüentemente, os movimentos sociais, e o impacto da internet na atuação destes atores.

Martuccelli (2015, p. 64-69) destaca várias transformações no âmbito da esfera pública entre 2000 e 2015. Para ele, os movimentos sociais deixaram “de operar unicamente pela defesa ou a representação de certos interesses ou identidades, e funcionam cada vez mais como mobilizações que buscam, sobretudo, alertar a opinião pública e, por vezes, os poderes institucionais vigentes”. O autor reforça ainda o enorme impacto da internet na sociedade civil, em especial no âmbito dos movimentos sociais. Não muda “o sentimento duplo de não ser suficientemente escutado pelo sistema político e de não ser suficientemente visível nos meios de comunicação”. Ou seja, os movimentos sociais mantêm

a essência de organização de ação social coletiva em prol de seus direitos e da mudança social contra o *status quo*. Contudo, essa percepção é transformada e reforçada pela internet.

Segundo Gohn (2006, p. 247-248), os movimentos sociais “são como as ondas e as marés, vão e voltam e isto ocorre não por causas naturais [...]. Os movimentos vão e voltam segundo a dinâmica do conflito social, da luta social, da busca do novo ou reposição/conservação do velho”. Notamos, então, que a ação dos movimentos é dinâmica e se desenvolve em consonância com os contextos sociais, culturais e institucionais da sociedade. Com a disseminação da internet no mundo, muitas ações encabeçadas por movimentos de lutas sociais coletivas são apoiadas por esse novo artefato tecnológico.

5. Facebook: articulação e engajamento social no *impeachment* de Dilma Rousseff

Para a pesquisa, selecionamos quatro grupos que consideramos os mais expressivos no período do *impeachment*, com forte articulação em prol das manifestações públicas e com considerável número de seguidores em suas *fanpages*, e os dividimos em dois blocos opostos: o MBL e Vem pra Rua, pró-*impeachment*, e Frente Brasil Popular e Povo Sem Medo, contra o processo. O objetivo foi compreender quão influentes foram a articulação e a organização desses grupos nas redes sociais digitais para engajar e instigar a participação social nos ambientes off-line no processo de *impeachment* de Dilma, e se são perceptíveis os argumentos de luta da causa nas estratégias de comunicação no meio digital voltadas para atos públicos no mundo real.

O MBL², que se diz uma “entidade que visa mobilizar cidadãos em favor de uma sociedade mais livre, justa e próspera”, mantém sua página no Facebook desde 1º de novembro de 2014 e conta com 3,4 milhões³ de seguidores. O Vem pra Rua⁴ iniciou suas atividades na rede no mesmo ano e agrega 2,2 milhões de pessoas. Ambos, cada vez mais, se revelaram adeptos do conservadorismo político e defensores de padrões culturais tradicionais, como indicam seus vínculos político-partidários revelados nas eleições de 2016 e de 2018.

A Frente Brasil Popular⁵, que se propõe a atuar “em defesa da democracia e por uma nova política econômica” está no Facebook desde agosto de 2015 e tem 160 mil seguidores. No mesmo período surge a Frente Povo Sem

2 Ver mais em @mblivre e <http://mbl.org.br/>.

3 Levantamento feito em 14 de junho nas páginas de Facebook dos grupos MBL, Vem pra Rua, Frente Brasil Popular e Povo Sem Medo.

4 Ver mais em @vempraruia.net e <http://vempraruia.net/>.

5 Ver mais em <http://frentebrasilpopular.org.br> e @FrenteBrasilPopular.

Medo⁶, que “reúne diversos movimentos sociais, lutadoras e lutadores, de todo o Brasil” e conta com 155 mil pessoas conectadas em sua página na rede social Facebook.

Notamos o uso recorrente da tecnologia na promoção de ações e eventos organizados e articulados no Facebook pelos quatro grupos. Juntos, eles publicaram 89 convites

em suas *fanpages* para engajar a sociedade a participar de atos pró e contra o *impeachment* em atividades bem variadas. As publicações foram organizadas a partir das datas e chamadas das postagens de 1º de março a 31 de agosto de 2016. Fizemos uma análise sintetizada em apontamentos gerais e relevantes acerca de cada grupo.

QUADRO 1
Raio-X dos convites do Facebook
(Uma síntese das ações dos grupos pró e contra o *impeachment*)

Período de 1º Março a 31 de Agosto de 2016	
Grupo	Mapeamento dos convites virtuais
1. MBL	<ul style="list-style-type: none"> • Catorze postagens e oito eventos; • Duas ações em parceria com o Vem pra Rua em atividades nacionais; • Uso frequente das cores da bandeira nacional (verde e amarela); • Apelo à sociedade para participação em atos “cívicos”; • Ações regionais e nacionais; • Principais protagonistas de ataque (Dilma, Lula e PT) e de apoio (povo brasileiro e MBL); • Personalidades da esfera pública, faixas, bandeiras, logomarcas e multidão de pessoas são símbolos identitários recorrentes nos convites virtuais; • Os eventos dos dias 13/3 e 17/4 tiveram grande repercussão na rede virtual e participação do público nos ambientes off-line; nestes casos, houve interação social e posicionamento divergente, por vezes ofensivo, entre seguidores, a partir das publicações dos convites; • O <i>impeachment</i> de Dilma foi o tema central das postagens.
2. Vem pra Rua	<ul style="list-style-type: none"> • Quatro postagens para a mesma quantidade de eventos organizados; • Duas ações em parceria com o MBL de abrangência nacional; • Uso frequente das cores da bandeira nacional (verde e amarela); • Apelo à sociedade para participação em atos “cívicos”; • Eventos de mobilização exclusivamente de porte nacional; • Principais protagonistas de ataque (Dilma e parlamentares responsáveis pela votação do <i>impeachment</i>) e de apoio (povo brasileiro e Vem pra Rua); • População em massa e identidade visual do Vem pra Rua são principais símbolos identitários; • Todas as atividades organizadas na rede repercutiram entre os seguidores. As ações de maior relevância foram do dia 13/3, em que 402 mil pessoas compareceram ao ato, segundo levantamento na <i>fanpage</i>; e do dia 17/4, com notória aderência de seguidores observada em mais de 100 comentários e 656 <i>likes</i> registrados na publicação do convite para o evento. Neste caso, notou-se que a maioria dos internautas se coloca a favor do ato, porém, há divergência de opiniões, por vezes ofensivas; • Manifestações públicas e <i>impeachment</i> são temas centrais dos convites.

⁶ Ver mais em @povosemmedonacional.

Período de 1º Março a 31 de Agosto de 2016	
Grupo	Mapeamento dos convites virtuais
3. Povo Sem Medo	<ul style="list-style-type: none"> • Vinte postagens e 18 eventos; • Nove ações regionais e nacionais em parceria com a Frente Brasil Popular, além de outras entidades de classe e movimentos sociais; • Uso frequente das cores roxa e laranja, em referência à identidade visual do grupo; • Apelo à sociedade para participação em ato “cívico” de resistência e luta contra o golpe e pela garantia de direitos; • Explícita corrente política (esquerda) e apoio a Dilma com ressalvas e críticas à sua gestão; • Eventos nacionais e regionais diversos, sobretudo em São Paulo e Rio de Janeiro, como debates, assembleias e mobilizações em massa; • Principais protagonistas de ataque (Temer, Sergio Moro, Eduardo Cunha e Rede Globo) e de apoio (Dilma, Lula, PT, Povo Sem Medo e Frente Brasil Popular); • Personalidades públicas, multidão de pessoas, faixas, cartazes, logomarcas são símbolos identitários recorrentes nos convites virtuais; • Baixa interação na <i>fanpage</i> por evento. Nenhuma atividade ultrapassou 100 <i>likes</i>, o que refletiu em proporção similar quanto aos comentários. Os convites virtuais para atos nacionais tiveram repercussão maior na rede social, com destaque para 24/3; 1º/5, 12 e 13/5; 10/6 e 31/7. Quando notada divergência de opinião, houve troca de ofensas entre os internautas, ou seja, polarização de opiniões; • Temer é o principal tema das postagens dos convites virtuais.
4. Frente Brasil Popular	<ul style="list-style-type: none"> • Cinquenta postagens para 20 eventos, das quais 26 referem-se a um único evento (Dia Nacional de Mobilização – Fora Temer, em 10/6). • Nove ações regionais e nacionais em parceria com a Frente Povo Sem Medo, além de outras entidades de classe e movimentos sociais; • Uso de cores roxa e laranja, em convites especialmente em parceria com a Frente Povo Sem Medo, e também verde e amarela, com certa frequência. A cor vermelha também aparece nos convites virtuais. • Apelo à sociedade para participação em atos “cívicos” para lutar pela democracia e contra o golpe; • Explícita corrente política (esquerda) e apoio a Dilma com ressalvas e críticas à sua gestão; • Eventos regionais e nacionais diversos, como assembleias, plenárias, debates e mobilizações em massa; • Principais protagonistas de ataque, sobretudo Temer e outros (Eduardo Cunha e Rede Globo), e de apoio (movimentos sociais e Dilma); • Personalidades públicas, multidão de pessoas, faixas, cartazes, logomarcas são símbolos identitários recorrentes nos convites virtuais; • Baixa interação na <i>fanpage</i>, com poucos <i>likes</i> e comentários, algumas vezes nenhum. A adesão em parte dos eventos foi mais representativa nos ambientes off-line (18 e 31/3; 17/4, 10/6 e 29/8), pelo levantamento no Facebook. O Dia Nacional de Mobilização – Fora Temer, em 10/6, destacou-se como uma das principais ações na rede social do grupo; • Temer é o principal tema das postagens dos convites virtuais.

Pelo quadro geral, notou-se que, apesar de terem articulado menos ações nas redes, os grupos favoráveis ao *impeachment* – MBL e Vem pra Rua – tiveram maior adesão

de seguidores aos seus eventos, em detrimento das atividades organizadas pelas Frentes Povo Sem Medo e Brasil Popular. A ala que atuou pelo *impeachment* da presidente organizou, no

total, 18 ações, sendo duas delas em parceria. Do outro lado, contabilizamos 38 eventos nacionais e regionais, dos quais nove realizados conjuntamente pelas duas frentes integradas por movimentos sociais de todo o país.

Os protagonistas dos convites virtuais são personalidades públicas envolvidas em situações e/ou acontecimentos de conhecimento geral. Se Dilma, Lula e o PT foram alvos de críticas nas postagens dos grupos MBL e Vem pra Rua, por outro lado, Michel Temer, Eduardo Cunha e até a grande imprensa, representada pela Rede Globo, receberam ataques por meio dos *posts* que circularam nas *fanpages* das Frentes Povo Sem Medo e Brasil Popular.

Os grupos usaram as ferramentas tecnológicas para produzir e disseminar os convites nos ambientes on-line, utilizando fotos, desenhos, logomarcas e muita arte gráfica de modo que pudessem ser identificados perante seus seguidores. O povo (brasileiro) em diferentes situações foi um forte elemento comum nas postagens dos quatro grupos analisados e ganhou a cena como principal protagonista. De modo geral, o intuito era que a sociedade se sentisse representada pelos movimentos e fosse às ruas em defesa das mesmas causas.

Se concebermos os perfis no Facebook de MBL, Vem pra Rua, Povo Sem Medo e Frente Brasil Popular, segundo Recuero (2009), esses são atores representados por nós ou nodos da rede, cujas conexões são constituídas de laços sociais, formados da interação social. Na relação estabelecida dos grupos com seus seguidores, notamos a configuração de laços sociais fracos por se tratar de “relações esparsas, que não traduzem proximidade e intimidade” (Recuero, 2009). Praticamente não houve interação dos grupos com os internautas em seus perfis na rede social. As interações foram apenas entre seguidores.

A análise dos convites virtuais dos grupos estudados para engajar a sociedade por meio das redes sociais para participar de atos pró e contra o *impeachment* de Dilma nos espaços off-line permitiu ainda refletir sobre as estratégias de comunicação das organizações, em um contexto de polarização. Nesse sentido, as *fanpages* estudadas se mostraram um lugar de trocas e dinâmicas que alimentam esferas públicas de debate articuladas a um sistema deliberativo mais amplo.

Apesar de apresentarem ideologias divergentes no contexto político, os grupos fizeram uso de estratégias similares para persuadir seus seguidores. A forma de construção das peças de comunicação analisadas, ou seja, dos convites virtuais – os *posts* propriamente ditos com os dados primários e os detalhes do evento no complemento das informações – é bem parecida. Eles comumente têm chamada de impacto, protagonistas-chave, marcas identitárias e serviço de utilidade pública com data e local do evento.

De modo geral, os grupos MBL e Vem pra Rua apresentam o *impeachment* como chamada de impacto,

fenômeno necessário para mudar os rumos do Brasil. A então presidente Dilma é alvo recorrente de críticas, como protagonista-chave de ataque. Já a transformação na vida social está nas mãos de outro protagonista elementar, a sociedade brasileira. MBL e Vem pra Rua são protagonistas de articulação nesse contexto e reforçam suas marcas identitárias por meio de logomarcas nos *posts*. As menções ao “dia, local e horário” fizeram parte das postagens, seguindo a praxe de convites tradicionais.

As Frentes Povo Sem Medo e Brasil Popular atuaram em paridade. A chamada de impacto foi “contra o golpe e pela democracia”, argumento-base para promover o engajamento social. O então vice-presidente Michel Temer desponta como o principal protagonista de ataque nas postagens. Para evitar o “golpe” político, a presença da população brasileira nas ruas figura como elemento principal das mobilizações. As frentes são protagonistas da articulação e reforçam suas identidades por meio de logomarcas nos *posts*. As organizações também destacaram nas peças de comunicação primária (*posts*) “dia, local e horário”, seguindo a mesma linha dos grupos MBL e Vem pra Rua.

Notamos estratégias de comunicação na rede social Facebook similares entre os quatro grupos, apesar de posicionamentos divergentes e polarização. Observamos ainda um objetivo comum entre todos eles: persuadir a sociedade ao engajamento e à participação no mundo real. A aprovação ou rejeição da ação de cada grupo ficou nas mãos dos seguidores das *fanpages* e dos brasileiros, na medida em que esses incorporam o discurso disseminado nas redes sociais. Em suma, a principal diferença esteve no campo ideológico, em que os grupos se articularam cada qual a seu modo, segundo seus princípios e valores, e para além dos ambientes virtuais.

Por fim, a observação dos principais protagonistas, temas das postagens, uso de recursos visuais e símbolos, interações desencadeadas, entre outros aspectos descritos, identifica a dinâmica das postagens feitas nas *fanpages* analisadas em equilíbrio com a tensão contínua do ato político do *impeachment*. Podemos dizer que se constituem em ações racionais que não são externas às lógicas próprias de funcionamento de uma rede social como o Facebook, mas combinadas com elas, em um tangenciamento que requer capacidade de articulações mais amplas, além da produção de tensionamentos que também não se restringem apenas à produção de polarizações.

6. Considerações finais

Neste estudo observamos que não se trata simplesmente de eficiência de estratégia de comunicação em prol do engajamento e da participação social no que concerne às ações dos grupos MBL, Vem pra Rua e Frentes Povo Sem Medo e Brasil Popular na rede social Facebook por ocasião

do processo de *impeachment* de Dilma Rousseff. Assim, como verificado, se os grupos usam estratégias similares para persuadir seus seguidores, é preciso compreender que fatores podem levar a tão distinto comportamento entre os públicos, bem como o real peso das estratégias comunicacionais em si na mobilização social que transita entre o espaço virtual (on-line) e o físico (off-line).

Nesse sentido, destacamos que é importante considerar que as postagens feitas nas *fanpages* não se sustentam fora de uma rede complexa de circulação de informações e enunciados e desconectadas do contexto histórico-social, do qual a comunicação é parte integrante. Tal rede se configura a partir da habilidade e da retórica contrariamente polarizada (nós/eles, amigos/inimigos), que estão articuladas e encontram reflexos na sociedade e, conseqüentemente, identificação e adesão, de acordo com o cenário e interesses envolvidos.

Pelos autores consultados (Singer, 2015; Bucci, 2016; e Villaverde, 2016), o cenário social e institucional inicial, ou seja, o contexto histórico e político, era desfavorável à então presidente da República que, gradativamente, foi perdendo aliados em diferentes segmentos da sociedade e do meio político ao longo de seus anos de governo. Diante disso, os eventos dos grupos articulados nas redes sociais refletiram um contexto social e institucional polarizado e conturbado no que tange ao cenário político e econômico. O governo Dilma se viu fragilizado. As críticas à sua administração se tornaram públicas e frequentes inclusive por parte de movimentos contrários ao *impeachment*. Daí em diante, o caminho para a sociedade reverberar insatisfação e descontentamento nas ruas foi curto. Os grupos pró-*impeachment* encontraram nas redes sociais um ambiente confortável para disseminar seu discurso pelo afastamento da presidente, ganhando força no decorrer de 2016.

Notamos que houve a apropriação das ferramentas tecnológicas pelos grupos analisados por ocasião do *impeachment*, e a participação deles no processo, como acabamos de discorrer, fez parte de um contexto social e institucional. Nesse cenário, diversos fatores e elementos contribuíram para o afastamento definitivo da presidente, sobretudo de ordem política, como relataram autores estudados. Ou seja, o bojo para a efetivação do segundo processo de *impeachment* da história do Brasil teve a participação de diversos estratos da sociedade civil, sendo relevante analisar o papel do próprio do governo no trato com esses representantes sociais. Durante o movimento do *impeachment* de 2016, os grupos das redes sociais podem não ter sido o protagonista único do processo, mas tiveram relevante participação, especialmente na agilidade e ampliação da informação do processo de transformação social, assim como outras alas da sociedade. Destaca-se ainda que não se trata de classificar as *fanpages* analisadas como esferas públicas, mas como espaços de conversação

que podem ou não contribuir para um sistema ampliado de debate e que abrange problemas coletivos.

Entendemos ainda que os grupos pró e contra o *impeachment* representam formas de manifestações coletivas, sem necessariamente serem classificados como movimentos sociais. Ao concebê-los como integrantes da terceira onda da sociedade civil (Sorj, 2015), em que o ciberespaço é instrumento central de sua atuação, acreditamos que a noção de movimento social em tempos de redes digitais precisa ser melhor delineada, uma vez que as relações entre esta esfera da sociedade civil e as organizações formais ainda estão confusas, sem contornos definidos. Por outro lado, é fato que a internet e o avanço dos recursos tecnológicos abalaram a estrutura dos movimentos sociais contemporâneos que passaram a funcionar como mobilizações para alertar a opinião pública e os poderes institucionais vigentes quanto à sua forma de atuação (Martuccelli, 2015).

Como representantes de mobilizações sociais, todos os grupos – independentemente da linha ideológica – teceram críticas ao governo Dilma e clamaram por mudanças na gestão econômica e política. Entendemos que o chamamento à sociedade civil para ir às ruas se deu por grupos que se articularam em redes virtuais conectadas por interesses comuns, configurando-se como manifestações coletivas. Eles atuaram como grupos que mantêm uma estrutura semelhante a um *cluster* (Recuero, 2009), ou seja, a um aglomerado de nós conectados, em que existe uma interação social mútua, na qual podemos encontrar laços mais fortes e fracos em torno de interesses comuns. Daí reiteramos a necessidade da análise do contexto histórico-social, ou seja, da inter-relação das manifestações públicas, do governo Dilma Rousseff e a situação econômica e política do país com a atuação e articulação dos grupos estudados nos ambientes virtuais e off-line.

Por fim, estamos cientes de que, como todo recorte de pesquisa, este estudo tem limitações. Um deles é se debruçar para entender como sair da polarização insuflada pelos conteúdos das *fanpages*. Outro seria investigar melhor os modelos que subsidiam e embasam a produção dos arranjos polarizados on-line verificados. Ou ainda: investir em uma análise mais detalhada de quais as características das redes sociais que permitem dar corpo a configurações comunicativas como a verificada. No entanto, acreditamos que a discussão pode contribuir não só para entender melhor a relação entre participação e democracia, mas sobretudo as formas como questões de interesse público são tratadas como objeto de conversações on-line polarizadas.

Referências

- BARDIN, L. 2011. *Análise de conteúdo*. 4ª ed. Lisboa (Portugal), Edições 70.
- BUCCI, E. 2016. *A forma bruta dos protestos: das manifestações de junho de 2013 à queda de Dilma Rousseff em 2016*. São Paulo, Companhia das Letras.
- CASTELLS, M. 2013. *Redes de indignação e esperança*. São Paulo, Zahar.
- CASTELLS, M. 1999. *Sociedade em rede*. São Paulo, Paz e Terra.
- GOHN, M. G. 2006. *Teorias dos movimentos sociais – paradigmas clássicos e contemporâneos*. 5ª ed. São Paulo, Edições Loyola.
- G1. 2016. Mapa das Manifestações no Brasil. Disponível em: <http://especiais.g1.globo.com/politica/mapa-manifestacoes-no-brasil/todos/>. Acesso em: 14 jun. 2019.
- LÉVY, P. 1999. *Cibercultura*. São Paulo, Editora 34.
- MAIA, R. C. M. 2001. Democracia e internet como esfera pública virtual: aproximando as condições do discurso e da deliberação. In: X Encontro Anual da Compós – Associação Nacional de Programas de Pós-Graduação em Comunicação. UnB, Brasília.
- MARTUCCELLI, D. 2015. Esfera pública, movimentos sociais e juventude. In: B. SORJ; S. FAUSTO (org.), *Internet e mobilizações sociais: transformações do espaço público e da sociedade civil*. São Paulo, Edições Plataforma Democrática, p. 61-101.
- PERUZZO, C. M. K. 2013. Movimentos sociais, redes virtuais e mídia alternativa no junho em que o “gigante acordou” (?). In: IV Jornada Acadêmica Discente do PPGCOM-USP, Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo. São Paulo.
- PRIMO, A. 2007. O aspecto relacional das interações na Web 2.0. *Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação (Compós)*, Rio Grande do Sul, p. 1-21, ago.
- RECUERO, R. 2009. *Redes sociais na internet*. Porto Alegre, Sulina.
- ROSSINI, P. G. C. 2014. Das redes para as ruas: mídias sociais como “armas” na luta por reconhecimento. *Comunicação & Sociedade: Revista do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Metodista de São Paulo*. São Bernardo do Campo, **36**(1):301-325, jul.-dez.
- SANTAELLA, L. 2013. O DNA das redes sociais digitais. In: M. BARBOSA; O. J. de MORAIS (org.), *Comunicação em tempo de redes sociais: afetos, emoções, subjetividades*. São Paulo, Intercom, p. 23-43.
- SINGER, A. 2015. Cutucando onças com varas curtas – O ensaio desenvolvimentista no primeiro mandato de Dilma Rousseff (2011-2014). *Revista Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, edição 102, **34**(2):39-67, jul.
- SORJ, B. 2014. Entre o local e o global. In: Rubens FIGUEIREDO, *Junho de 2013 – A sociedade enfrenta o Estado*. São Paulo, Summus, p. 87-98.
- SORJ, B. 2015. On-line/off-line: a nova onda da sociedade civil e a transformação da esfera pública. In: B. SORJ; S. FAUSTO (org.), *Internet e mobilizações sociais: transformações do espaço público e da sociedade civil*. São Paulo, Edições Plataforma Democrática, p. 35-59.
- UOL. 2018. Mais da metade da população mundial está conectada à internet, diz ONU. Economia. 7 dez. Disponível em: <https://economia.uol.com.br/noticias/efe/2018/12/07/mais-da-metade-da-populacao-mundial-esta-conectada-a-internet-diz-onu.htm>. Acesso em: 14 jun. 2019.
- VILLAVARDE, J. 2016. *Perigosas pedaladas: os bastidores da crise que abalou o Brasil e levou ao fim o governo Dilma Rousseff*. São Paulo, Geração Editorial.

Artigo submetido em 16-10-2019
Aceito em 02-06-2020